

## Participação e Cidadania Criativa: o trabalho com os estudantes a partir de uma escola básica e secundária

**Inês Sousa**

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

[ines\\_sousa14@hotmail.com](mailto:ines_sousa14@hotmail.com)

**Elisabete Ferreira**

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

[elisabete@fpce.up.pt](mailto:elisabete@fpce.up.pt)

### Resumo

*A comunicação apresentada incide sobre o estágio na direção de um Agrupamento de Escolas público, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, no domínio de Administração, Gestão e Implementação de Lideranças (AGIL), da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). De forma a contextualizar a temática da intervenção nesta escola básica e secundária é importante relevar que a ação se centrou no trabalho na direção, em permanente comunicação com os/as alunos/as, refletindo com eles/as formas de participarem na tomada de decisões na escola. Em concreto tratou-se de uma ação pedagógica desenvolvida em assessoria à direção e na mediação e promoção de diálogos de trabalho comum entre os estudantes e os órgãos de gestão e administração da escola, procurando consolidar o perfil de estudante.*

*Assim a intervenção dividiu-se entre momentos de observação no gabinete da direção, onde se perceberam práticas, regras, formas de estar e de liderar e as principais preocupações: a qualidade do sucesso educativo dos/as alunos/as – “pensar nas competências que os alunos estão a desenvolver nas aulas e mesmo fora das aulas.” (Entrevista Diretor) – e a participação dos/as estudantes na escola – “nem metade dos alunos foram votar e aqui colocam-se as questões da participação.” (NT: 16/11/18). Neste sentido, abriram-se diferentes espaços e organizaram-se alguns tempos na escola para que os/as estudantes pudessem dialogar em conjunto, identificar problemas, encontrar soluções e partilhá-las em assembleias de escola, com a participação da direção, desenvolvendo competências, conhecimentos e atitudes (Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (PASEO<sup>1</sup>), 2017), de forma ativa, cívica e participada (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, 2017) – uma CIDADANIA CRIATIVA, no sentido de se desenvolver uma postura mais reflexiva e de discussão, em vez de submissa à ciência e aos/às professores/as (Perrenoud, 2005).*

<sup>1</sup> Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

*A reflexão sobre estes meses de intervenção do estágio e o próprio trabalho de assessoria à direção fez-nos pensar e procurar desenhar o perfil do Mestre em Ciências da Educação (CE) nas escolas. Considerando a experiência e os discursos de estudantes/funcionários/professores, tornou-se essencial o trabalho das Ciências da Educação nas escolas, mais concretamente nas direções dos agrupamentos, de forma a ser possível um trabalho de proximidade aos atores do contexto, adaptando-se cada atividade ou ação em função destes e através da criação do que intitulamos de – Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa (Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019).*

**Palavras-chave:** *Gestão Democrática; Participação dos Estudantes; Cidadania Criativa*

### Abstract

*The present paper focuses on the internship in a Public-School Group, within the scope of the Master of Science in Education, in the Administration, Management and Implementation of Leadership (AGIL), in Faculty of Psychology and Educational Sciences University of Porto (FPCEUP). In order to contextualize the intervention theme in this basic and secondary school, it is important to note that the action focused on the work in the direction, in permanent communication with the students, reflecting with them the ways of participating in the decision making. Specifically, it was a pedagogical action developed in advisory to the direction and in the mediation and promotion of dialogue of common work between the students and the management and administration of school looking for the profile of student.*

*The intervention was divided between moments of observation in the direction office, where practices, rules, ways of being and leading were perceived and the main concerns: the quality of students educational success – "thinking about the competences which students are developing in class and even outside of class." (Interview Director) – and the students participation in the school – "not even half of the students went to vote and here are the questions of participation." (Ground Notes: 16/11/18). In this sense, some spaces were opened and different times was organized in the school so that the students could talk together, identify problems, find solutions and share them in school assemblies, with the participation of management, developing skills, knowledge and attitudes (Profile of students out of compulsory schooling, 2017), in an active, civic and participative way (National Strategy for Citizenship Education, 2017) – a CREATIVE CITIZENSHIP, in the sense of developing a more reflexive and discussed position, rather than submissive to science and to teachers (Perrenoud, 2005).*

*The reflection of these months of intervention of the internship and the work of advisory to the management made us think and seek to draw the profile of the Master of Science in Education (CE) at school. Considering the experience and the discourse of students / employees / teachers, makes essential the work of Educational Sciences in schools, more concretely in the directions of the schools, so as to be possible a work of proximity to the actors of the context, adapting each activity or action in function of these and through the creation of what we call – Laboratory of Educational and Pedagogical Action (Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019).*

**Keywords:** *Democratic Management; Student Participation; Creative Citizenship*

### Introdução

Neste artigo pretende-se dar conta do trabalho de estágio e da intervenção numa escola básica e secundária, a partir da observação do dia a dia da direção e de momentos de debate e reflexão com os/as estudantes. A mediação entre estes diferentes atores permite enquadrar o termo Cidadania Criativa enquanto possibilidade de desenvolvimento de competências de espírito crítico e argumentação nos/as jovens, ao participarem na tomada de decisões escolares. Participação enquanto presença dos/as jovens nos órgãos de gestão e administração e nos momentos importantes de decisão, mas também com novas ideias e poder de exposição de problemas sentidos, de forma a ser possível influenciar efetivamente o que é definido e encontrando respostas criativas e solidárias, bem como oportunidades para desenvolverem projetos e novos modos de associação. Chama-se aqui à atenção para a necessidade dos/as jovens terem mais interesse pela sua própria participação, criando associações, programas ou outros, trabalhando com os/as restantes colegas, dando as suas opiniões e formulando soluções que façam sentido para cada um/a deles/as e para a sua escola/agrupamento de escolas.

Neste sentido, percebe-se como essencial começar por referir “*O Perfil de aluno/a: “Como se dá poder aos alunos?”*”, de forma a dar conta dos diferentes espaços e tempos criados na escola para os/as estudantes discutirem, participarem e dialogarem, de forma a desenvolver-se um “perfil” de aluno/a, capaz de reclamar lugares e espaços de participação, representação, associação e construir opiniões e soluções fundamentadas, de acordo com as normas que têm de ser respeitadas no contexto escolar.

Num segundo momento, *Perfil de Mestre em Ciências da Educação: “Mas o quê que está a fazer aqui mesmo?”*, constrói-se uma reflexão em torno da intervenção enquanto Mestre em Ciências da Educação (CE) na direção da escola e a forma como esse trabalho permitiu fazer a ligação com os/as estudantes e possibilitou a sua participação efetiva nas decisões. Enquanto num primeiro momento se procura enquadrar o perfil do/a estudante, neste segundo considera-se essencial refletir sobre o perfil de um Mestre em CE, em assessoria à direção, mediando a comunicação e o trabalho conjunto entre os órgãos de gestão e administração e os/as estudantes e a comunidade escolar.

No estágio que serve de base empírica a este artigo consolidou-se o perfil do Mestre em Ciências da Educação no contexto escolar através do desenvolvimento de um trabalho de assessoria e de ação pedagógica e educativa na direção da escola, reconhecido através da criação e implementação do primeiro Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa (LAPE) (Proposta Sousa e Ferreira, 2018). De acordo com a proposta elaborada e através da criação desta estrutura coordenada e monitorizada por técnicos superiores de educação consegue-se desenvolver um trabalho educativo em contexto escolar que privilegia as dimensões de ensino, aprendizagem e democracia. Trata-se de incentivar o envolvimento e a participação dos/as jovens estudantes no quotidiano escolar, nomeadamente, na sua relação com os órgãos de gestão e administração, exercitando os seus poderes de influência na tomada de decisão e experimentando-se no exercício de co-responsabilização democrática.

Por último discute-se – *O Lugar das Ciências da Educação no Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa* – e deste modo referem-se alguns aspetos pertinentes da intervenção no contexto de estágio concretizados a partir do discurso dos/as estudantes e de algumas reflexões sobre as observações diárias, apresentando-se uma proposta ao Agrupamento de Escolas para a

constituição do primeiro Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa, enquanto espaço que parte da base, isto é, das necessidades e interesses dos/as alunos/as, em colaboração estreita dos órgãos de gestão e administração, dos/as professores/as e de todos/as os/as funcionários/as. Este laboratório colegial, sendo que não tem de ser obrigatoriamente um espaço físico, contaria com a coordenação de um/a especialista em CE; integraria estudantes e outros membros da comunidade, que ouviriam todos/as os/as atores/autores da escola, na procura de respostas contextualizadas com estes; e potenciaria momentos de discussão e participação de todas as partes interessadas, inclusive com propostas, protocolos e financiamento de instituições do ensino superior, agrupamentos de escolas, Ministério da Educação (DGE) e do tecido empresarial local.

Este artigo constituir-se-á numa oportunidade de apresentar o estágio realizado e de tecer algumas considerações sobre as principais reflexões do tempo de intervenção nesta escola em particular, no que diz respeito à temática central (participação dos/as estudantes na tomada de decisão), mas também ao trabalho dos/as especialistas em Ciências da Educação nas direções escolares, em assessoria ao/à diretor/a, em permanente diálogo com os/as estudantes e ouvindo todos/as os/as atores/atrizes.

### 1. O Perfil de aluno/a: “Como se dá poder aos alunos?”

Neste capítulo serão relevadas as práticas do dia a dia com os/as estudantes, as reflexões sobre cada atividade desenvolvida e as conclusões retiradas dos momentos de participação e auscultação dos/as alunos/as, em permanente relação com os normativos legais atuais, enquanto tentativa de definição de um perfil de aluno/a.

Ana Inês Silva (2009) refere-se a duas possíveis abordagens na relação educativa, com concepções bastante distintas: a abordagem comportamentalista estará mais próxima de um paradigma positivista, “onde se privilegiam lógicas comportamentais, mas se empobrece o sentido pleno da relação educativa.” (ibidem, p. 49). Nesta abordagem predomina a ideia de educação enquanto forma de *domesticação*, impossibilitando a autonomia, a reflexão crítica e a co-construção do saber. A segunda abordagem é uma nova e diferente concepção direcionada para o social, para a valorização da relação e da comunicação entre todos/as, procurando chegar a um mundo onde é necessário atribuir sentido às coisas para as conhecermos de facto (ibidem) e que permite no contexto escolar discutir o *bem-estar discente* (Silva, 2013).

Estas concepções pensadas por Silva (2009 e 2013) para a relação educativa e o sentido da escola para os/as jovens foram determinantes no nosso percurso e permitiu-nos refletir sobre elas no que diz respeito à participação do/a aluno/a na escola, no sentido em que pode frequentar as aulas, ir à escola todos os dias e seguir o seu dia a dia normal, sem atribuir nenhum sentido aquilo que está a fazer, ao local onde está e às pessoas com quem está diariamente. Porém, considera-se pertinente potenciar perspetivas sócio-construtivistas entre os/as estudantes, os/as professores/as e toda a comunidade educativa, para se perceber que “o mundo não é exterior a nós” (Silva, 2009:53), a escola e o que se decide dentro desta não tem de ser exterior aos atores educativos, pelo que se deve querer participar mais e com efetiva influência na decisão. Ferreira e Lopes (2011) colocam a questão da seguinte forma: “O que pode cada um de nós fazer? O que podemos fazer juntos?” (ibidem, p. 4).

Num dos momentos de almoço na escola surgiu uma conversa entre professoras sobre os exames de matemática no secundário, em que a Professora de Matemática afirmava a sua dificuldade em abrir oportunidades para outras dinâmicas educativas que afastem formas mais rápidas de “dar” o currículo/programa, e a Professora de Filosofia respondia “os alunos são mais

importantes que os números e os exames” e é uma reflexão pertinente, uma vez que os conhecimentos sobre a matéria lecionada são muito importantes para a avaliação nos testes e nos exames nacionais e quando não são atingidos determinados valores a culpa poderá recair sobre os/as professores/as mas, como dizia a Professora de Filosofia, “Ou escolhes os números ou os alunos! Mas os alunos são muito mais importantes” (NT: 3/12/18).

A intervenção realizada no estágio tentou ser uma forma de responder a estas questões, uma vez que se baseou na construção de espaços para os/as estudantes discutirem ideias que têm e problemas que sentem, debatendo sobre soluções e decisões possíveis, com a possibilidade de dialogarem diretamente com os órgãos de gestão e administração na procura da participação no que é decidido internamente, indo de encontro à perspetiva de Andréa Mattos (2016) quando afirma que os/as alunos/as podem começar a “perceber, de forma implícita, sobre como é e como está sendo desenvolvida a tarefa e as estratégias que são utilizadas para a concretização de uma escola mais participativa, uma escola que está interessada em saber a sua opinião” (Mattos, 2016:15).

Assim, desenvolveram-se algumas atividades no decorrer do estágio, para potenciar esta forma mais inclusiva e participativa, a partir das reuniões de delegados e subdelegados, enquanto possibilidade de falarem mais e exporem as ideias da turma, com a presença de um membro da direção, disposto a ouvir e trabalhar em conjunto; continuando para a constituição de uma Associação de Estudantes, enquanto órgão representativo de todos/as os/as alunos/as, com importantes intervenções junto das turmas (inquéritos sobre as necessidades e interesses e relações com os diferentes atores educativos) e da comunidade (recolha de alimentos e bens materiais); divulgação e participação no orçamento participativo das escolas, como possibilidade de ganharem dinheiro para alterar/adaptar um espaço da escola que precisam; organização de um workshop de ideias sobre direitos e deveres dos/as estudantes, uma vez que diversas vezes se ouviu que não têm acesso a essas informações e há desconhecimento dos diferentes poderes e formas de participar/influenciar. Estes diferentes tempos e espaços construídos compõem uma possibilidade dos/as alunos/as sentirem que têm lugares próprios para serem ouvidos, potenciando-se ao mesmo tempo vontade para se organizarem entre si e poderem influenciar a decisão quando expõem as suas ideias e reclamam o seu direito de falar e ser ouvido/a.

Neste sentido, é pertinente refletir sobre estas possibilidades de participação na tomada de decisão enquanto processo que desenvolve algumas competências nos/as alunos/as, uma vez que são estes/as a trabalhar para ver resultados efetivos, a ter de fazer em conjunto e expressar o que querem realmente. Nas palavras de Manuel Matos (2013): dando-lhe sentido, em vez de simplesmente consentirem (ibidem). Competências estas que são enquadradas num “quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia.” (Paseo, 2017: 5). Este perfil é construído como uma matriz comum para todas as escolas e não como uma tentativa de uniformizar a formação, uma vez que tem em vista a formação de “pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos” (ibidem).

Considera-se que a intervenção junto dos/as estudantes poderá ter desenvolvido nestes algumas destas competências, capacidades e atitudes definidas neste *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (2017), porque tem como objetivo desenvolver nos/as alunos/as um sentimento de pertença e interesse pela escola, ao mesmo tempo que desenvolve valores, como a “curiosidade, reflexão e inovação”, fortalecendo um pensamento reflexivo, crítico e criativo, procurando sempre novas soluções para os problemas que têm de enfrentar; “cidadania e participação”, no sentido em que têm de negociar soluções para os conflitos que surjam,

argumentando sobre a sua opinião, mas com capacidade de serem solidários e colocar-se no lugar do outro quando necessário; e a “liberdade”, enquanto valor que permite manifestar a sua autonomia, com base em democracia, cidadania, equidade, respeito mútuo e livre escolha. A identificação destes valores é importante para se perceber as possibilidades que uma maior atenção à participação dos/as alunos/as nos assuntos escolares pode potenciar na sua formação académica e futuro profissional (ibidem).

No que diz respeito às competências estruturadas no perfil dos/as alunos/as poderá ser importante de destacar o “Pensamento crítico e criativo”, o “Raciocínio e resolução de problemas”, o “Relacionamento interpessoal” e o “Desenvolvimento pessoal e autonomia”, como áreas de competências que poderão ser desenvolvidas pelos/as alunos/as nos espaços e tempos construídos no decorrer do estágio de intervenção.

De forma a fazer um exercício de reflexão sobre as mais valias da intervenção junto dos/as estudantes, sem estar a querer justificar de forma linear o que foi feito e as conclusões daí retiradas, pode-se afirmar que o Pensamento Crítico e Criativo, que significa conhecer para depois poder criticar o que já existe, de forma fundamentada, e criar novas soluções (Paseo, 2017) foi potenciado nos momentos de reunião de delegados e subdelegados, em que os/as estudantes tinham oportunidade de expor questões, situações e problemas que sentem (necessitando para isso de identificar, analisar e dar sentido às experiências vividas), ao mesmo tempo que apresentam, de forma fundamentada e inovadora, exemplos de soluções encontradas.

O Relacionamento Interpessoal, enquanto processo de trabalho em equipa, de forma negociada e aceitando as diferenças de cada um/a (PASEO, 2017), é desenvolvido em todo o trabalho da Associação de Estudantes (AE), com os momentos de discussão entre grupo, debate com os/as outros/as estudantes, colaboração com outros órgãos da escola, necessitante sempre de trabalhar em equipa, de forma negociada e procurando consensos.

O Desenvolvimento Pessoal e Autonomia, baseado na reflexão crítica sobre o seu próprio trabalho e decisões tomadas, desenvolvendo o espírito de iniciativa e autonomia (PASEO, 2017), é potenciado a partir da participação no orçamento participativo e nas votações dos/as alunos/as na proposta escolhida, uma vez que quem faz a proposta tem autonomia para decidir, tendo obrigatoriamente de conhecer a escola e os seus espaços, identificar problemas e formas de os resolver; e quem vota tem de procurar saber quais são as opções que tem e tomar a decisão quanto aquela que mais faz sentido para si, no contexto em que está inserido.

O Raciocínio e Resolução de Problemas, que implica que os/as alunos/as sejam capazes de interpretar a informação e as experiências vividas, de forma a encontrar respostas e tomar decisões quando confrontado com novas situações ou outros problemas (Paseo, 2017), considerado um exercício essencial para a dinamização do Workshop de Ideias, aberto a todos/as os/as alunos, em que tiveram de, em grupo, encontrar soluções para os diversos problemas apresentados, como por exemplo: “Há alguns rumores de um caso de violência no namoro entre alunos”, “A sala dos alunos está a ficar estraga”, “Cada vez se vê mais lixo nos jardins da escola”, etc. Esta atividade de procurar soluções consoante os problemas da escola é apenas um exemplo dos momentos em que foi possível perceber como estes/as alunos/as conseguem mobilizar experiências passadas e ideias novas para definir o que poderá ser feito de forma diferente.

Em suma, este perfil de aluno/a equacionado é desenvolvido nos momentos em que há oportunidade para falar, dialogar, discordar e encontrar forma de chegar a uma resposta, defendendo-se “o campo decisório em educação e um espaço pleno de exercício de emancipação”

(Ferreira, 2013:179), lembrando as palavras de um dos professores, membros da direção executiva, “Não me venham dizer que eles não aprendem, porque eles não são burros” (NT:12/11/19).

### **2. O Perfil de Mestre em Ciências da Educação: “Mas o quê que está a fazer aqui mesmo?”**

Enquanto num primeiro momento se referiu o perfil dos/as alunos/as, nesta parte é importante referir o que está definido no “Perfil de Competências de Mestre em Ciências da Educação” no site da FPCEUP, mais concretamente no que diz respeito à intervenção através “de consultoria ao desenvolvimento de iniciativas e políticas de educação/formação (...) da vida das escolas”. Este processo de consultoria é apenas um exemplo das diversas competências formalizadas, mas é importante distingui-la de forma a justificar-se o trabalho de assessoria/consultoria desenvolvido nesta direção do agrupamento.

Cristina Cabreira (2015) refere-se ao processo de consultoria escolar enquanto momentos de análise das informações recolhidas, para posterior partilha dessas informações; reflexão conjunta sobre a análise realizada, entre estagiário/a e professores/as; discussão sobre as estratégias usadas, em função do sucesso ou insucesso das mesmas. Nesta perspetiva a consultoria é uma forma de se construir, em conjunto, novas estratégias a serem usadas, a partir da avaliação do que está a ser feito e como está a ser implementado (*ibidem*).

Estes processos de análise, partilha, discussão e construção conjunta resumem algum do trabalho realizado no estágio curricular, uma vez que primeiro ocorreu um mês de observação/análise, a que chamamos de “Mês-sombra”, sombra do diretor do agrupamento, o orientador local do estágio. Neste primeiro mês privilegiou-se “muito mais o ouvir, o estar presente nas situações, o vivenciar” (Entrevista Diretor 7/11), de forma a perceber-se as práticas e as dinâmicas da própria escola. Isabel Menezes (2007) refere que a análise do contexto e dos problemas sentidos é essencial para aprofundar a forma como esses problemas são definidos e quais os recursos existentes para os resolver. Este processo de primeiro conhecer, perceber e inteirar-se do contexto e dos atores que o vivem quotidianamente é uma das particularidades das Ciências da Educação e uma competência essencial do Mestre em CE.

Depois deste mês-sombra foi importante analisar-se as notas de terrenos e os principais problemas levantados pelos/as atores/atrizes educativos/as – quem tem de ser efetivamente ouvido – para depois se partilhar e discutir possíveis formas de intervenção na escola, a partir da direção do agrupamento. Neste sentido, marcou-se uma reunião/entrevista com o diretor para apresentar propostas a desenvolver na escola, com os/as estudantes e restante comunidade educativa. A Assembleia de jovens, enquanto espaço de discussão e participação, as sessões de sensibilização para a participação (workshops), refletindo-se sobre as competências que os/as alunos/as deveriam estar a desenvolver no contexto educativo, a divulgação e participação no orçamento participativo das escolas e a possibilidade de construção de um projeto para o Parlamento Jovem. Este momento de partilha foi essencial para apresentar as ideias construídas a partir das observações e perceber como seria ou não possível a sua concretização.

A partir da discussão com o diretor do agrupamento percebeu-se a total abertura para este tipo de dinâmicas e o reconhecimento de que a direção não tinha ainda conseguido criar estas condições de participação, ao mesmo tempo que se compreendeu que estes/as alunos/as não têm por hábito participar neste tipo de atividades, o que constituiu um problema na perspetiva do diretor: “os nossos alunos não estão habituados a argumentar (...) E acho que esse é um trabalho que nós

ainda não fizemos e eu acho importante fazer” (Entrevista Diretor, 7/11). Assim, enquanto construção conjunta (Cabreira, 2015) definiu-se que primeiro iria organizar-se um trabalho de sensibilização dos/as estudantes para a importância de participarem, argumentarem e fundamentarem as suas ideias, para depois conseguir um maior nível de participação e inscrição no Parlamento Jovem.

Nos seguintes meses de intervenção no estágio “o que estive a fazer mesmo” na direção e na escola foi uma forma de assessoria, que nas palavras de Andreia Dias (2018) dá apoio à sustentabilidade das ações e dos projetos educativos desenvolvidos pelos diferentes agentes educativos, de forma a proporcionar um olhar crítico e identificar processos de mudança e melhoria sustentáveis (*ibidem*). No decorrer dos cinco meses de estágio houve algumas tarefas mais burocráticas na direção e outras atividades de facto importantes para a problemática da intervenção, nomeadamente, a participação em reuniões do conselho pedagógico, organização de dias comemorativos, reuniões com os delegados e subdelegados, organização das eleições da associação de estudantes, encontros e diálogos com a Associação de Estudantes, organização de workshops para diferentes turmas, apoio à candidatura ao projeto Escola Azul, divulgação do Orçamento Participativo das Escolas e organização das eleições, apoio ao simulacro de incêndio, entre muitas outras tarefas do dia a dia, que poderiam não ser competência da estagiária, mas que enriqueceram e possibilitaram o desenvolvimento de aprendizagens essenciais a nível profissional, mas também pessoal, social e relacional.

A partir da reflexão sobre o que foi possível fazer com os/as alunos/as, na direção do agrupamento, considera-se este um processo de mediação, enquanto forma de acionar redes de interação e comunicação entre alunos/as e órgãos de gestão e administração, “proporcionar as pontes, as passerelles, que promovam a aproximação daqueles que não conseguem ou têm dificuldade em comunicar” (Silva, et al., 2010:121), de forma a potenciar a participação dos/as estudantes nas reuniões e decisões, com ideias e propostas efetivas. Henrique Vaz (2009) refere-se a uma “mediação emergente interposta” (*ibidem*, p. 57), por não serem situações de conflito aberto, mas intervenção e investigação sobre os contornos do conflito e dos atores intervenientes neste. No caso deste estágio, não se consideram situação de conflito, mas há dificuldade de comunicação entre os diferentes atores (entre alunos/as e professores/as; alunos/as e membros dos órgãos de decisão) e sabendo-se que as escolas são espaços organizacionais de relação e comunicação (Ferreira, 2012) é essencial uma “organização comunicativa” (Ferreira, 2009:9), uma escola de sujeitos e de comunicações ativas e (dia)lógicas (*ibidem*).

O estágio nesta direção e a intervenção com os/as estudantes para potenciar a sua participação nas decisões, habitualmente tomadas pelos órgãos de gestão, passa diretamente pelo desenvolvimento de processos comunicacionais e relacionais, pela “mediação organizacional estruturante e transversal que não se reduz à resolução de conflitos” (*ibidem*, p. 9).

Em suma, a questão “Mas o quê que está a fazer aqui mesmo?” foi de uma aluna da Associação de Estudantes, numa conversa sobre o seu futuro na universidade, o curso pretendido e o desejo de trabalhar na área específica. Esta questão tornou-se um importante momento de introspeção, refletindo-se sobre as Ciências da Educação enquanto área de estudo mais abrangente, onde os estudantes/profissionais desenvolvem competências de diferentes áreas científicas mais específicas (psicologia, sociologia, administração, avaliação, etc.), mas é importante saber definir “o que se está a fazer mesmo” nos diferentes contextos, enquanto afirmação da profissionalização e argumentação quanto à importância de contratação de mestres em Ciências da Educação, segundo os perfis construídos.



### **3. O Lugar das Ciências da Educação no Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa**

Depois de se escrever sobre o perfil dos/as alunos/as e do perfil dos Mestres em Ciências da Educação, o presente subcapítulo afirmará a importância da criação do Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa (Proposta Sousa & Ferreira, 2018), enquanto espaço de encontro entre os interesses e necessidades dos/as estudantes e a prática de mediação e intervenção do/a profissional em Ciências da Educação, que “pretende dar uma resposta aplicada e moldada aos diferentes contextos escolares” (Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019).

O LAPE distingue-se pelo facto de pensar um espaço de profissionalização dos especialistas em Ciências da Educação, com competências essenciais à conceção, implementação e intervenção de modelos e dispositivos contextualizados; problematização dos modos de ação observáveis; avaliação complexa e crítica das práticas, procurando-se permanentemente o empoderamento dos atores do contexto educativo, dando “ênfase [à] capacitação e fortalecimento do poder dos indivíduos no contexto da participação, numa lógica emancipatória” (Menezes, 2007: 57).

Este trabalho no LAPE “implica a disponibilidade para trabalhar com as pessoas e as comunidades – e não em vez delas ou apesar delas” (Menezes, 2007:65), articulando desta forma as necessidades e potencialidades do contexto, com formas de intervenção e mediação das Ciências da Educação, conhecimentos adquiridos na formação e perspectivas teórico-práticas sobre formas de atuação em função do “público-alvo”, sempre entendidos como principais atores/autores da intervenção.

Neste seguimento definem-se como principais objetivos deste laboratório: respeitar as diversidades e as especificidades do contexto, com respostas individualizadas; promoção da comunicação e trabalho colaborativo, organizado em colaboração com a direção e com toda a comunidade educativa; trabalhar a partir da administração da escola (direção/coordenação), no sentido de serem efetivadas respostas políticas decisivas; possibilidade de protocolar com outros agrupamentos de escolas, com o ensino superior, fundações com trabalho na área da educação e outras associações que se mostrem importantes para o trabalho específico em cada escola; e a profissionalização dos/as especialistas em Ciências da Educação, com um espaço/tempo específico e concreto de ação.

A afirmação da necessidade deste espaço, nesta escola em particular, parte essencialmente do discurso do/as estudantes, quando referem, por exemplo em relação à possibilidade de participarem nas reuniões do conselho geral, por onde passam os assuntos mais importantes da escola: “aquilo que o diretor estava a dizer sobre a participação no conselho geral nós não sabíamos. Só sabe quem lá está” (Estudante, NT: 31/01/19); “Só quem está com o cargo agora é que sabe que existe, porque ninguém da escola sabe disso” (Estudante, NT: 20/03/19). Este desconhecimento por parte dos/as estudantes é um facto e seria possível capacitar e dar conhecimentos a estes/as estudantes a partir de momentos de formação no LAPE, sobre o estatuto do/a aluno/a, abordando-se os seus direitos e deveres.

Além do desconhecimento percebe-se algum desinteresse e despreocupação por parte dos/as estudantes quando referem que “isso não é estimulado pelos professores e por isso os alunos não se interessam minimamente” (Estudante – NT: 14/02/19), “Não vai haver muita adesão das pessoas, porque não há interesse nesses temas” (Estudante – NT: 14/02/19). Mas noutros momentos o discurso é diferente, quando percebem que “Nós podemos decidir tudo” (Estudante – NT: 20/03/19):

Os alunos também fazem parte, eles devem apresentar propostas, falar de assuntos oportunos, como exemplo, o melhoramento de algumas instalações, da comida. (Grupo de alunos no Workshop de Ideias – NT: 20/03/19)

Nesta escola são propostas poucas assembleias de alunos, talvez pelos alunos não comparecerem ou pelos alunos não demonstrarem importância nos problemas da escola. (Grupo de alunos/as no Workshop de Ideias – NT: 20/03/19)

Além da mobilização do discurso dos/as estudantes, enquanto forma de demonstrar/justificar a importância do LAPE nesta escola, é essencial citar algumas palavras dos/as professores/as da direção, que reconhecem que “nós somos como aqueles pais que super protegem os filhos, ficam aqui na escola durante muito tempo e ficam um bocadinho fechados a essas questões” (Professor, NT: 10/01/19) e que, por esta mesma razão, “Vai ser difícil, vai ser uma luta porque eles não estão habituados” (Professor, NT: 03/01/19). Estes dois excertos das notas de terreno são de dois professores da direção, que referem, em momentos distintos, que não é prioritária a participação dos/as estudantes no trabalho desenvolvido na escola, o que não significa que não se reconheça a importância de começar a priorizar.

“Mas se fizéssemos um encontro com eles para falar sobre os resultados ou outra coisa qualquer, quarta às 17h45 íamos ver quem vinha. Eu até gostava de fazer para ver de facto qual é a adesão, participação.” (Vice-diretor, NT: 10/01/19)

A partir destes exemplos do discurso dos/as estudantes e professores/as da escola onde se desenvolveu o estágio propõe-se à direção do agrupamento a constituição do LAPE nos próximos anos, seguindo-se as práticas e problemáticas já construídas com os/as estudantes (Associação de Estudantes e Delegados e Subdelegados) no presente ano-letivo, para o desenvolvimento da ideia de Cidadania Criativa, como possibilidade de desenvolvimento de competências de espírito crítico e argumentação nos/as jovens, ao participarem nas tomadas de decisões escolares. Participação enquanto presença destes/as nos órgãos de gestão e administração e nos momentos importantes de decisão, mas também com novas ideias e poder de exposição de problemas sentidos, de forma a ser possível influenciar efetivamente o que é definido.

Neste espaço de diálogo e articulação entre os diferentes órgãos e atores educativos é essencial destacar-se que este projeto de intervenção poderá ser adaptado a todas as escolas do país, contando com um profissional das Ciências da Educação para observar e entender as práticas e problemáticas da comunidade educativa e construir de forma conjunta e participada um plano de ação, com diversos momentos de encontro, sessões de sensibilização, ações com toda a comunidade, etc., consoante aquilo que for percebido como importante para a escola e segundo as sugestões e propostas dos/as estudantes, direção, professores/as, funcionários/as e restantes órgãos escolares (Sousa, 2019). Não é possível definir-se uma matriz ou “receita” para ser diretamente implementada, mas é possível perceber-se a importância de um mestre em Ciências da Educação com a formação e carácter para construir uma resposta contextualizada e participada.

### **Considerações finais**

O estágio curricular desenvolvido na direção do agrupamento de escolas, que serve de base empírica à comunicação apresentada neste congresso surge numa altura política e educativa que possibilita a criação do LAPE, de um Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa, uma vez que estão a decorrer processos de autonomia e flexibilidade curricular nas escolas (Decreto-Lei n.º 55/18); em que se pede às instituições escolares uma outra abordagem mais inclusiva e promotora

de equidade (Decreto-Lei n.º 54/18); em que se apela à operacionalização do perfil de aluno com competências cognitivas, sociais e pessoais (PASEO, 2017) e para o desenvolvimento de uma cidadania ativa (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, 2017).

Particularmente no que diz respeito à profissionalização dos/as especialistas em Ciências da Educação nas direções das escolas, na alínea 6 do artigo 10.º do Despacho Normativo n.º 10-B/2018 abre-se a possibilidade de contratação de técnicos especializados consoante o crédito escolar disponível, referindo-se que:

Sempre que a escola considerar que a promoção de medidas com vista ao sucesso educativo dos alunos carece do contributo de técnicos especializados pode solicitar à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a sua contratação, mediante a demonstração, pela escola, de disponibilidade de horas do seu crédito horário. (Despacho Normativa n.º 10-B/2018)

No caso particular deste contexto de estágio a problemática relevante para os diversos atores educativos foi a “Participação e Cidadania Criativa” (Sousa, 2019), que serve de nome à comunicação, pelo que se considera relevante a contratação de um técnico especialista em Ciências da Educação para trabalhar estas questões numa relação próxima e dialógica com os/as estudantes, constituindo um Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa (Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019).

Em conclusão, é importante refletir sobre a intervenção neste contexto, com estes/as alunos/as e particularmente com esta direção, numa *escola curricularmente inteligente* (Leite, 2003) pensando-se que esta não se limita a administrar segundo um pensamento linear e convergente, mas promovendo práticas e processos de comunicação real que envolve os/as professores/as, os/as alunos/as e, através destes, toda a comunidade, na estruturação do ensino e na construção de aprendizagens (ibidem).

### Referências bibliográficas:

- Cabreira, Cristiana (2015). *As Ciências da Educação no campo da consultoria escolar: intervir na indisciplina a partir de um processo de interlocução qualificada*. Relatório de Estágio de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Dias, Andreia (2018). *Assessoria e Monitorização ao Serviço da Autoavaliação em contexto Escolar*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Ferreira, Elisabete (2009). (D)Enunciar as Autonomias na Governação da Escola Pública Portuguesa como contributo compreensivo da Medicação Organizacional. *Tutoria e Medicação em Educação* (pp. 171-181). Lisboa: Educa.
- Ferreira, Elisabete (2012). *(D)Enunciar a Autonomia: Contributos para a compreensão da génese e da construção da autonomia escolar*. Porto: Porto Editora.
- Ferreira, Elisabete (2013). *As experiências juvenis no governo da escola: “não abria a boca até porque há discussões que não têm sentido”*. In Manuel Matos (Coord.) *JOVALES: jovens, alunos, ensino secundário* (pp. 177-194). Porto: CIIE/Livpsic.

- Ferreira, Elisabete & Lopes, Amélia (2011). *O Gosto e o Desgosto da Escola: cidadania, democracia e lógicas de participação juvenil nas escolas*. Centro de Formação de Professores Francisco da Holanda, nº 18, 77-84.
- Ferreira, Elisabete; Sousa, Inês; Mendes, Ana & Almeida, Bruno (2019). *Reflexões sobre a profissionalização em Ciências da Educação: estágios em direções de escola*. Poster apresentado no Encontro de Investigação Jovem da Universidade do Porto. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- Leite, Carlinda (2003). *Para uma escola curricularmente inteligente*. Porto: Edições Asa.
- Matos, Manuel (2013). *JOVALES: Jovens, Alunos, Ensino Secundário*. Porto: CIIE/Livpsic.
- Mattos, Andréa (2016) *Participação dos Alunos na Gestão Educacional: Um Estudo Exploratório*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Menezes, Isabel (2007). *Intervenção Comunitária: Uma Perspetiva Psicológica*. Porto: Livpsic.
- Perrenoud, Philippe (2005). *Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed.
- Silva, Ana Inês Guimarães Bastos Caldeira (2009) *Contributos para a compreensão da Relação Educativa: (N)o encontro com o professor da ginástica*. Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Silva, Ana Inês Guimarães Bastos Caldeira (2013) *O Bem-Estar discente: Do conto educativo à compreensão de narrativas juvenis*. Prova de Qualificação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Silva, Ana Costa & Caetano, Ana Paula & Freire, Isabel & Moreira, Alfredo & Freira, Teresa & Ferreira, Ana Sousa (2010). *Novos actores no trabalho em educação: os mediadores socioeducativos*. Revista Portuguesa de Educação, 23(2), 119-151.
- Sousa, Inês (2019). *Cidadania Criativa: a Participação dos/as Estudantes na Tomada de Decisão Escola*. Forum Português de Administração Educacional. Acedido a 8 junho. 2019. Disponível em <http://www.fpae.pt/publication/cidadania-criativa-a-participacao-dos-as-estudantes-na-tomada-de-decisao-escolar/>
- Vaz, Henrique (2009). *A Mediação em contexto de formação como reinvenção de novos ofícios: o caso dos estágios e da licenciatura em Ciências da Educação na Universidade do Porto*. Revista Educação, Sociedade & Culturas, n.º 29, 53-72.

### Webgrafia:

- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Ministério da Educação. Acedido a 20 abril. 2018. Disponível em [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs\\_referencia/estrategia\\_cidadania\\_original.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_original.pdf)
- Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho). Acedido a 2 março. 2018. Disponível em

[http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf)

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho do Ministério da Educação. Diário da República: n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06. Acedido a 10 setembro. 2018. Disponível em [www.dre.pt](http://www.dre.pt)

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho do Ministério da Educação. Diário da República: n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06. Acedido a 10 setembro. 2018. Disponível em [www.dre.pt](http://www.dre.pt)

Despacho Normativo n.º 10-B/2018 de 6 de julho do Ministério da Educação. Diário da República: n.º 129/2018, Série II de 2018-07-06. Acedido a 1 abril. 2019. Disponível em [www.dre.pt](http://www.dre.pt)

Perfil de Competências de Mestre em Ciências da Educação. Disponível em [https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/cur\\_geral.cur\\_view?pv\\_curso\\_id=815&pv\\_ano\\_lectivo=2018](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/cur_geral.cur_view?pv_curso_id=815&pv_ano_lectivo=2018)